

CASAMENTO: tempos, centramento, gerações e gênero*

Anália Torres

Este artigo tem por objetivo dar conta de resultados de uma investigação que se centrou na análise dos processos de conjugalidade, no contexto da qual se procurou perceber como se jogam e articulam diversas lógicas – sentimentos e afetos, gestão de recursos, identidades, realização pessoal, projeções no futuro, expectativas – na vida conjugal.¹ Depois de uma discussão teórica em que se propõe a definição de um conceito de conjugalidade e onde se procura explicar alguns dos pressupostos de partida e dos elementos fundamentais do modelo de análise, identificam-se e analisam-se as diferentes formas de conjugalidade, os tipos de centramento identitário e os tempos da dinâmica conjugal e do ciclo de vida.

Limita-se este texto a aspectos parciais da pesquisa em causa. Tendo sido definidos três núcleos problemáticos da investigação, decidiu-se desenvolver com mais profundidade, neste artigo,

apenas aquele que diz respeito a dinâmicas, trajetórias, formas de conjugalidade, geração e gênero. A análise do tema referente à relação entre conjugalidade e mudança social – um dos núcleos problemáticos e aquele em que se desenvolvem as interações entre vida conjugal e trabalho – não será aqui realizada.²

Faz sentido, desde já, identificar algumas das linhas gerais da investigação. Como foi referido, as interrogações centrais construíram-se em torno da conjugalidade e da relação entre o casamento e a chamada questão feminina. O quadro teórico e o modelo de análise beneficiaram-se dos debates travados a partir de Durkheim sobre essas duas temáticas, das contribuições e abordagens da sociologia, dos estudos sobre as mulheres e, em particular, da sociologia da família.

Cem anos depois de Durkheim ter afirmado que “os indivíduos são mais importantes do que

¹ TORRES, Anália (2002). *Casamento em Portugal. Uma análise sociológica*. Oeiras: Celta Editora.

² Ver *op. cit* e Anália Torres (2004) *Vida conjugal e trabalho*. Oeiras: Celta Editora.

as coisas”, tendo subjacente a questão do patrimônio no contexto da família e do casamento, a afirmação tornou-se um lugar comum. Embora as questões patrimoniais continuem a se colocar na transmissão familiar, o patrimônio a transmitir e preservar só se constitui como preocupação central quando se trata de grandes fortunas – o caso de muito poucos – e os constrangimentos econômicos pesam também mais para os que estão nos limites da sobrevivência. Hoje está perfeitamente admitido, e de forma bem mais explícita a partir dos anos 60, que os afetos são a pedra de toque essencial do que circula no casamento e na família, embora também aí circulem e sejam geridos outros bens materiais e simbólicos.

Mas essa tendência de evolução central do casamento e da conjugalidade, ao longo do século XX e até ao século XXI, não se traduz necessariamente na existência de uma lógica homogênea quanto às expectativas ou às modalidades de encarar e de viver as experiências conjugais. Dizer que se tende numa determinada direção e que, para um conjunto cada vez mais significativo da população das chamadas sociedades desenvolvidas, o que passa a ser determinante são os sentimentos, não significa, de forma alguma, a eliminação da diversidade de lógicas em jogo na família e no casamento.

A discussão de alguns temas centrais da pesquisa desenvolveu-se diretamente a partir das propostas de autores de referência, como Durkheim, Simmel, Burgess, Parsons e Goode, até às propostas feministas dos anos 70 (Torres, 2001). Outras problemáticas importantes – casamento e classe social, gênero, dominação masculina, divisão sexual e social do trabalho, mudança social, sentimento amoroso – abordadas nos últimos 40 anos foram analisadas a partir das propostas de autores contemporâneos.³

O enfoque teórico assumido implicou des-

de logo a procura de superação da dicotomia macro-micro. Mas também, na metodologia desenvolvida, exploraram-se complementaridades entre o extensivo e o intensivo, o quantitativo e o qualitativo, através da informação disponibilizada pelos inquéritos por questionário realizados⁴ e pelas entrevistas.⁵ Assim, foi possível reconhecer, nas histórias pessoais, os constrangimentos e os condicionantes decorrentes das condições de existência, que se inferiam de forma clara nas respostas aos inquéritos. Mas também se reconheceram, nos discursos na primeira pessoa, as margens para agir, os espaços de manobra dos atores sociais, as tentativas de contornar os constrangimentos e as condicionantes estruturais. Através da técnica da entrevista em profundidade, procurou-se explorar a perspectiva individual de homens e de mulheres do mesmo casal, entrevistando-os separadamente. Partiu-se, assim, do indivíduo no contexto do casal como unidade de análise. Considerou-se, por isso, que se ouviram as *duas vozes* do casamento, em *três andamentos*, já que foram selecionados entrevistados com durações de casamento diferentes – até 10 anos de duração, dos 11 aos 20 anos e mais de 21 – a que fizemos corresponder três tempos: *o tempo da instalação, o tempo das mudanças e das transições, o tempo da conforma-*

⁴ Trata-se, no fundamental, de dois inquéritos por questionário. O primeiro foi aplicado a uma amostra representativa do conjunto da população residente nos 7 concelhos da Grande Lisboa. Inquiriram-se 493 grupos domésticos que tinham, em 1997, pelo menos uma criança menor de 11 anos de idade a seu cargo (Torres e Silva, 1998). Para o outro questionário foi construída uma amostra representativa da população entre os 20 e os 50 anos, tendo sido inquiridos, no Continente, 1.700 homens e mulheres, em 1999. A iniciativa desses inquéritos relaciona-se com a participação da investigadora na rede internacional de pesquisa “European Network for the Division of Unpaid and Paid Labour between Women and Men” integrando o núcleo que concebeu e elaborou um inquérito aplicado em vários países europeus. A parte fundamental desses resultados encontra-se publicada no livro *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, 2004, Lisboa, CITE, *Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego*.

⁵ Realizaram-se cerca de 80 entrevistas a casais que residem na área metropolitana de Lisboa, de várias classes sociais, idades e durações de casamento. As entrevistas, dada a definição das pistas e hipóteses de investigação, foram efetuadas isoladamente a cada membro do casal e dizem respeito a indivíduos que nunca se separaram ou divorciaram.

³ No livro *Sociologia do casamento. A família e a questão feminina*, 2001, Oeiras, Celta Editora, dá-se conta dos debates teóricos sobre o casamento e a questão feminina desde Durkheim aos autores contemporâneos.

ção ou da realização pessoal. Ao selecionar diferentes durações do casamento, foi possível, simultaneamente, identificar indivíduos de idades e gerações diferentes, já que a casamentos mais ou menos longos correspondem, na maioria dos casos, grupos etários diversos. Embora de forma rigorosa não se tenha tratado de uma análise por coortes geracionais, a verdade é que foi possível identificar claramente os que casaram nos anos 60, nos anos 70 ou nos anos 80 do século XX. Essa situação indiretamente acabou por nos proporcionar entrevistas de jovens de diferentes gerações, no momento do seu casamento, que viveram períodos distintos da história social portuguesa.

Os casais entrevistados pertenciam ainda a setores sociais diferentes, o que deu origem, entre outros critérios, à identificação de formas de conjugalidade também distintas: *institucional*, *fusional* e *associativa*. Associando essas diferenças às de gênero, foi possível verificar de que forma cada um dos membros do casal pratica e interpreta as diferentes formas de conjugalidade, já que não existe necessária convergência entre eles. Em vários casos, com efeito, os dois membros do casal assumem a defesa e a prática, real ou tendencial, de formas de conjugalidade distintas.

Identificaram-se, ainda, tipos de centramento diferentes – *parental*, *conjugal* e *de realização pessoal* e (ou) *profissional*, *de lazer* – com o objetivo de identificar modalidades diferenciadas de posicionamento de cada elemento do casal e, por vezes, até de variações do mesmo indivíduo em momentos diferentes do seu trajeto perante essas distintas áreas de investimento.

Procuraram-se as coincidências e não coincidências do discurso e do relato referentes à mesma situação objetiva. Estimulou-se o contar da história na primeira pessoa, com questões precisas sobre o antes e o depois do casamento, em múltiplas dimensões da vida conjugal e a ela paralelas, incitando à reflexão sobre si próprio e sobre o outro no contexto conjugal e fora dele.

DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O CASAMENTO: casamento e amor

Nos últimos anos, no campo da sociologia da família, tem-se notado uma tendência para a autonomia do tema casamento ou conjugalidade, na análise e na pesquisa empírica sobre dinâmicas familiares.⁶ Apesar de ser de notar tal tendência e de ela ser reveladora de mudanças que ocorreram na família nos últimos anos, não se pode esquecer que as delimitações empíricas do objeto dependem muito mais das perspectivas teóricas que se adotam do que desta ou daquela “imposição” da realidade. Embora o casamento e o casal tenham ganhado estatuto empírico autônomo, nem por isso deixaram de se fazer análises que os enquadram numa perspectiva teórica mais vasta, incluindo-os no sistema familiar. É o caso de Parsons (Parsons e Bales, 1956, 1968) e de alguns seguidores contemporâneos.⁷

Continua-se a considerar o casamento também como produto de interações regidas por normas de regulação e coesão particulares, como foi de início o caso de Burgess (1960) e é, mais recentemente, o de Kellerhals (1982). Esse último autor associa as interações internas ao casal e à família ao estatuto social dos atores, enquanto outros insistem no casamento como produtor de sentido e identidade (Berger e Kellner, 1964, 1975), valorizando também as relações internas ao casal, mas, sobretudo, o papel “nômico” do casamento e, nesse sentido, construtivo, identitário e existencial. Há ainda quem o defina a partir de enfoques específicos, de nível macro, como acontece com a proposta dos lugares ocupados na divisão social e sexual do trabalho (Chaudron, 1984; Kergoat, 1984; Barrère-Maurisson, 1984) e como acontece com a visão sobre o casamento que o identifica com es-

⁶ Os próprios títulos de obras mais relevantes, sobretudo na literatura europeia, são sugestivos dessa autonomização, como, por exemplo: J. Kellerhals *Mariages au quotidien* (1982); F. de Singly *Fortune et infortune de la femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*. (1987); J.C. Kaufmann *Sociologie du Couple* (1993).

⁷ Podemos considerar que os seguidores da teoria sistêmica adotam uma perspectiva do mesmo tipo da de Parsons.

estratégias e lógicas de reprodução social (Bourdieu, 1972). Autores há, também, para os quais o que importa acentuar é a idéia de casamento como forma particular de produção de trabalho gratuito e de dominação masculina (Delphy, 1978, 1992). Para completar essa pluralidade de pontos de vista sobre o casamento, interessa ainda referenciar os que o enquadram, nos dias de hoje, numa abordagem da família contemporânea como família relacional (Singly, 1993; J.C. Kaufmann, 1993).

A diversidade dessas perspectivas é, por si só, indicativa de que a escolha de uma delas tem como conseqüência um olhar específico sobre o real. Como é lógico, e apenas para dar um exemplo, se se insiste numa perspectiva interacionista “pura”, privilegia-se o contexto das interações no casal e tende-se a deixar relativamente na sombra uma abordagem que contextualize a conjugalidade na lógica familiar mais alargada, ou numa rede mais vasta de relações sociais, sejam elas as de gênero, sejam as da divisão social do trabalho.

A análise das diferentes definições conceituais sobre o casamento e a conjugalidade, com o debate teórico que suscitaram, contribuíram para definições centrais no contexto da pesquisa. Optou-se por uma formulação conceitual específica, que adiante se explicitará.

As mudanças operadas no decurso do século XX, no campo das relações familiares e das realidades que com elas direta ou indiretamente se entrelaçam são bastante visíveis.

Com efeito, o século XX tem, entre outros, dois importantes protagonistas: as mulheres e o amor. As primeiras foram ultrapassando as limitações impostas e mostraram, a partir de diversos contextos sociais, o que sabiam, o que faziam e o que estavam dispostas a dar, muito para além da função materna a que tinham querido limitá-las. De uma idéia de *mulher-natureza*, circunscrita no ser e na ação aos condicionamentos biológicos, passamos para uma idéia de *mulher-indivíduo*, dona do seu destino, responsável por si e pelos seus atos. Trata-se de um processo de transformação ainda em curso, com atalhos e curvas sinuosas.

Quanto ao amor, passamos da vertigem do

amor romântico do século XIX, tão bem retratada por Camilo, para quem o amor e o casamento não deviam ter por obstáculo a condição social, para a associação normalizada entre conjugalidade e sentimento amoroso. O casamento por amor impôs-se como a grande solução para o mal-estar conjugal, como garantia contra o desentendimento. A partir dos anos 60 do século XX, no entanto, o amor, condição necessária para a união conjugal, passou a ser insuficiente se limitado apenas ao início da relação. Mais do que pretexto inicial para o casamento, passou a ser fundamental que o amor e o entendimento perdurassem ao longo da relação. É essa nova perspectiva que está implícita na subida das taxas de divórcio das últimas décadas.

Desse modo, as histórias de paixão, amor e desamor deixaram o romance e as telas do cinema e passaram, para muitos, a fatos do quotidiano, sem a grandeza e o esplendor, bem entendido, que a tela ou o papel conferem a esses sentimentos e emoções. Hoje em dia, aliás, não cai bem afirmar que se casou por interesse. Pelo contrário, se alguém justificar um ato menos comum com a ilógica da paixão, encontrará em muitos um olhar cúmplice ou benevolente.

Se a família, o casamento, ou mesmo a chamada questão feminina, constituem objetos de análise consagrados na sociologia, já o tema do amor o tem sido menos. Com algumas exceções, ele só parece suscitar maior interesse dos sociólogos na década de 90 do século XX (Torres, 2001). A legitimidade de alguns grandes nomes, como o de Luhmann (1986), Giddens (1991, 1992) e o do casal Beck (1995), que se debruçaram sobre o assunto nestes últimos anos, contribui para lhe dar mais visibilidade e estatuto. O tema conhece, hoje, uma profusão de abordagens.

Por outro lado, a análise do lugar da sociologia das realidades acima descritas coloca desafios e questiona algumas das teorias estabelecidas. Na verdade, seria muito difícil imaginar essas evoluções a partir das perspectivas teóricas que insistem, sobretudo, nos constrangimentos impostos aos indivíduos e que lhes limitam, irrevogavelmente, as margens de manobra. Em contrapartida, os que

têm apostado nas teorias da escolha racional, ou que sublinham, principalmente, o sentido subjetivo da ação, teriam também dificuldade em admitir a persistência das assimetrias de poder que se jogam na afirmação da vontade individual.

Aqui se tentará também sintetizar algumas das orientações teóricas que foram desenvolvidas na pesquisa, no sentido de ultrapassar problemas antes identificados. É sobre a formulação de alguns conceitos, como o de conjugalidade e o de formas de conjugalidade, que se desenvolvem, em seguida, algumas considerações.

RECURSOS, AFETOS, SENTIDO E IDENTIDADE, GÊNERO E CONTEXTO: dimensões da conjugalidade

Numa perspectiva sociológica, o que se pensa, o que se espera e o que se vai praticando no casamento depende, de forma genérica, de dimensões contextuais – recursos, tempo histórico, momento do ciclo de vida, culturas – e de dimensões existenciais e identitárias. As vertentes psicológicas, decisivas para explicar toda outra e muito importante parte da história, estão ligadas e interagem de forma muito particular com as sociológicas.

Em primeiro lugar, na perspectiva que temos defendido, a conjugalidade inscreve-se em relações e trajetórias sociais e de gênero. Isto é, ela ocorre num dado momento do percurso pessoal de um significativo conjunto de indivíduos, percurso esse social, cultural e ideologicamente marcado de forma diferenciada, de acordo com as condições de existência e com o gênero, já que é diferente também o que se considera ser o comportamento adequado para os dois sexos em setores sociais distintos.

Em outras palavras, na “unidade de personalidades em interação (...) com vista à gratificação mútua” de que Burgess⁸ falava, as personalidades não são apenas unidades psíquicas, mas

também personalidades sociais e “sexuadas”. É essa a interpretação que se beneficiou da contribuição de vários autores, de Kellerhals (1982) a Singly (1987, 1987a), a Kaufmann (1992, 1993) e a Bozon (1990, 1992), entre outros. Houve a preocupação de articular estatuto social e casamento, salientando também a importância do “sexo” dos capitais e as vantagens particulares do uso do conceito de gênero.

A segunda dimensão da conjugalidade é a que se refere à produção de sentido e de identidade. A conjugalidade contribui, no plano existencial, para duas importantes esferas de produção de sentido. Por um lado, através da relação com um outro significativo, que é uma relação validante, na acepção de Berger e de Kellner (1975, 1964). Mas, para além da relação com o outro, está a promessa de outros investimentos “existenciais” ligados à produção de seres humanos. Essa promessa, encerrada na parentalidade, acrescenta sentido existencial.

Ora, a produção de sentido está igualmente associada, como os autores americanos apontam e mais recentemente tem sido sublinhado por Giddens (1991), à identidade pessoal e social. Através da relação com o outro significativo, obtenho recompensa e gratificação pessoal, construo uma maneira de ver o mundo e de me ver a mim como indivíduo. Através dessa relação, posso ainda ter um estatuto, dar sinais da minha pertença ao grupo (dos adultos, dos casados, dos homens, das mulheres), cumprindo, assim, aspectos importantes da minha identidade social.

Se usamos aqui a perspectiva de Berger e de Kellner, também dela nos distanciamos, sobretudo em dois relevantes aspectos. Em primeiro lugar, a idéia de que a conversa quotidiana, no contexto da interação conjugal, “cria” realidade – ao construir uma visão do casal sobre o mundo e os outros é a própria realidade que é também construída –, apesar de adequada, tende a dar uma imagem do casal como se ele fosse constituído por

⁸ Relembre-se a definição de Burgess de família: “unidade de personalidades em interação, existindo primordial-

mente para o desenvolvimento e gratificação mútua dos seus membros unidos mais por coesão interna do que por pressões externas” (Osmond 1987, p. 113).

uma só voz coletiva, uma voz em uníssono. A pesquisa mostrou realidades diversas, ou seja, o fato de algumas vezes essa voz ser resultante da imposição da vontade de um sobre a do outro, outras vezes acontecer a existência de monólogos mais ou menos dissonantes e não de verdadeiras conversas, e outras, ainda, de acontecerem, no casal, constantes e sutis negociações. Quando se procura associar à idéia de identidade e de sentido o conceito de gênero, como se propõe, torna-se já possível prever a existência de dissonâncias e de assimetrias de poder.

Quanto à questão da identidade, é ainda possível salientar o fato, como Kellerhals (1982) sugere, de existirem tensões identitárias precisamente entre o “eu” e o “nós-casal” ou “nós-família”, acentuadas, é preciso admiti-lo, por dificuldades e mesmo conflitos introduzidos pela associação entre identidade e gênero. De novo se reconhece a necessidade de articular as diferentes dimensões – classe, gênero, identidade pessoal e social – para explicar práticas e representações.

A terceira dimensão da conjugalidade que importa ter em conta diz respeito à afetividade, em sentido amplo, nela ocupando lugar de destaque a vertente amorosa da relação e a concretização da sexualidade. A essa dimensão só recentemente se tem prestado mais atenção no domínio da sociologia da família. Com efeito, a preocupação em demarcar o estudo sociológico do casamento com perspectivas psicológicas e de uma lógica centrada nos indivíduos levou a que, durante muitos anos, no domínio da sociologia da família, os sentimentos e as emoções não fossem considerados uma mola impulsora da ação suficientemente poderosa, nem contassem analiticamente como motivo suficiente para justificar as uniões conjugais.

Na verdade, uns insistiam na dimensão macro e em funções, papéis e sistema, outros apostavam numa perspectiva de estratégias matrimoniais e de reprodução social, outros ainda descobriam regularidades sociais onde geralmente se via só escolha errática e cega às determinações sociais. Todos tendiam a subestimar, em todo o caso, como os últimos 40 anos mostraram, a autonomia relati-

va do sentimento amoroso. Isto é, não se deu importância ao fato de o bem-estar afetivo e relacional assumir crescentemente, não de forma isolada mas sempre associado a outras dimensões sociais e de gênero, um papel de relevo na razão de escolha, fundação, manutenção ou ruptura das relações conjugais.

O fato de se dizer que há outros aspectos, para além dos aspectos sentimentais e emocionais, que pesam na relação conjugal, não significa, evidentemente, relegar para a inexistência aquela dimensão e desprezar as suas conseqüências no plano das próprias práticas e representações dos atores sociais. Embora também aqui faça sentido distinguir entre quem pode, de fato, fazer coincidir sentimentos com ações e quem apenas consegue fazer da necessidade virtude, a verdade é que, para um conjunto cada vez mais significativo de pessoas, vai sendo possível ter, no domínio amoroso, “segundas oportunidades” (Giddens, 1991, p. 10).

No campo da sociologia da família, Kellerhals (1982) foi um dos primeiros a indicar que a escolha sentimental e amorosa se fazia precisamente através da partilha dos códigos sociais. Salientava que, da mesma forma que em relações iniciadas numa lógica de conveniência, poderia surgir a afetividade, também seria possível que relações onde prevalece a lógica romântica fossem alimentadas pela proximidade social e de interesses entre os cônjuges. Singly (1987a), ao criticar os limites da teoria da homogamia, sublinha igualmente a existência dos motivos amorosos e sentimentais na escolha do cônjuge. Giddens (1991), por seu turno, admite que, nas sociedades de modernidade tardia, as determinações sociais cada vez perdem mais peso na conjugalidade, tendendo a afirmar-se a relação auto-referenciada (pure relationship) e o amor-confluyente (Giddens, 1992).

Como dimensão do conceito de conjugalidade, a vertente afetiva inclui e transcende o sentimento amoroso e a sexualidade. Com efeito, os componentes afetivos inscritos na maternidade e na paternidade, além da produção de sentido existencial e dos efeitos identitários já referidos, assumem cada vez maior relevo. É o bem-estar afetivo das

crianças que tende a estar no centro da vida familiar, perdendo simultaneamente relevo a dimensão estatutária da parentalidade.

Identificar especificamente essa dimensão envolvida na conjugalidade e distingui-la da dimensão amorosa justifica-se ainda, porque se verifica que maternidade, paternidade e relação conjugal e amorosa envolvem sentimentos em jogo na conjugalidade e que entram em “concorrência”, por vezes, no decurso do casamento.

A quarta dimensão inscrita na conjugalidade é a que identifica o casamento como fonte produtora de realidade, já não tanto no sentido simbólico, mas mais especificamente no sentido das condições materiais. Expliquemo-nos. Com a entrada na conjugalidade, não só se cria uma situação nova em termos das condições materiais de existência – através, por exemplo, da partilha de recursos e despesas – como sucede freqüentemente quando se geram filhos e, com eles, novas relações afetivas. Ora, esse aspecto de criação, em sentido literal e metafórico, aponta para uma característica intrínseca e incontornável da conjugalidade: a sua dinâmica própria. É que a realidade nova que é criada – vida em conjunto, relações familiares, filhos – não só interpela os atores no sentido identitário, como cria um sistema específico de possibilidades e limites de ação (Ferreira de Almeida, *et al*, 1995, p. 28).

A sucessão de fases na vida conjugal não corresponde apenas a condições psicológicas, identitárias e de crescimento pessoal, mas traduz-se em novas condições. São os filhos pequenos dependentes, ou já são autônomos e necessitam de outro tipo de cuidados? Estamos numa fase de início da carreira profissional, no meio ou no fim desta? Já está ultrapassada a fase de adaptação à relação e ao outro?

Há, assim, “tempos” diferentes na conjugalidade, por corresponderem a distintas situações objetivas. O número e a idade dos filhos, a duração da relação conjugal e a forma como se está inserido na atividade profissional, são exemplos de fatores que contribuem para criar realidades objetivas diferentes, que geram e impõem, por

sua vez, escolhas, decisões e formas de agir. Claro que o fato de os “tempos” corresponderem a dinâmicas próprias e a sistemas de possibilidades e limites deve ainda ser articulado ao fator gênero. O peso dos “tempos” disponíveis de cada membro do casal é também social e “sexuadamente” diferenciado. O casamento constitui-se em processo produtor de dinâmicas e constrangimentos específicos.

A quinta e última dimensão da conjugalidade remete para o fato de ela ser social e historicamente situada. Isto é, e usando a metáfora de Berger e Kellner, trata-se de uma longa conversa “interpelada” do exterior. As idéias, as orientações normativas e os valores sobre os domínios da conjugalidade, da família e da sexualidade vão mudando, como é particularmente visível nos últimos quarenta anos. Essa evidência aparece, em todo o caso, analiticamente subestimada nas abordagens teóricas sistêmicas, ou que sublinham com demasiada ênfase a idéia de reprodução social, e o mesmo se pode dizer das que insistem na perspectiva interacionista. Numas e noutras, a conjugalidade e a vida familiar são encaradas como “contexto”, fazendo surgir as suas lógicas próprias, relativamente fechadas e imunes às contaminações e influências exteriores.

Ora, a realidade da vida conjugal não se configura com tal isolamento, o que é muito visível nas sociedades contemporâneas e se torna provavelmente mais evidente ainda no caso português. Para dar um exemplo, no decurso da mesma história conjugal e no espaço de 25 anos, mudaram significativamente as definições valorativas do que é considerado comportamento adequado perante o casamento, quer no feminino quer no masculino.

A maioria dos entrevistados com mais de 40 anos casou numa época em que a união era considerada compromisso para a vida inteira, e o divórcio uma dolorosa exceção. O horizonte legítimo de realização pessoal para as mulheres era o da maternidade e mesmo que não se “condenasse”, em alguns sectores sociais, a existência de atividade profissional, os homens estavam “por nature-

za” mais afastados das responsabilidades familiares e domésticas. Os últimos 25 anos mudaram consideravelmente o horizonte. O divórcio passa a existir como realidade mais freqüente, sobretudo em certos setores sociais, surgindo, nas entrevistas, como realidade bem próxima.⁹ E o que antes era considerado norma, com respeito à participação da mulher no mercado de trabalho, ou ao não envolvimento dos homens nas tarefas domésticas e nas responsabilidades familiares, é hoje correntemente questionado.

Poder-se-ia admitir que esse efeito se evidenciasse apenas nas gerações mais jovens. Mas o que se verificou foi que, mesmo nos casais com mais anos e em todos os setores sociais, se nota o efeito dessas transformações de valores. O que está bem? O que se praticava no início e ninguém punha em causa, ou o que se considera hoje normal mas não foi prática habitual no passado? Algumas vezes, verifica-se uma espécie de rumor interior e sente-se ressentimento em relação ao passado. Em outras, registra-se apenas a perplexidade, o não entender ou não aceitar que as coisas tenham mudado no sentido em que mudaram. Os protagonistas do primeiro tipo de situações são, em geral, as mulheres e das segundas, mais habitualmente, os homens.

Parece, assim, indiscutível a necessidade de situar a conjugalidade nas coordenadas de espaço e tempo, para avaliar de que forma as transformações de valores interpelam os atores sociais e que efeitos têm nas suas práticas e representações. Na verdade, as idéias circulam, interferem e podem, em certos contextos sociais mais do que noutros, chegar mesmo a transformar as relações e os processos sociais.

FORMAS DE CONJUGALIDADE, TIPOS DE CENTRAMENTO, GERAÇÕES E GÊNERO

Como já se mencionou, a análise das entrevistas permitiu identificar três formas de conjugalidade:¹⁰ a *institucional*, a *fusional* e a *associativa*. Veja-se agora como foram definidas essas diferentes formas de conjugalidade.

A forma de conjugalidade *institucional* é aquela que está associada, no essencial, a uma visão do casamento como instituição que importa preservar acima de tudo. O casamento e a família, nessa óptica, são encarados como destino natural, o que implica o cumprimento de papéis, responsabilidades e deveres que se impõem ao indivíduo. Verifica-se, nessa forma de conjugalidade, a tendência para maior centramento na relação parental do que na relação conjugal. Aliás, é, em geral, o desejo de ter filhos, fundar uma família e passar ao estatuto e ao “estado” de adulto que surge como pretexto e motivo fundamental para o casamento.

Se, no caso dos homens, o casamento, nessa forma de conjugalidade, está associado à idéia de perda da liberdade, no das mulheres surge mais como aquisição valorizada de estatuto. Existe clara diferenciação dos papéis sexuais – instrumental e expressivo – bem como forte assimetria entre os sexos, mesmo quando as mulheres também desempenham o papel instrumental e trabalham fora de casa.

Os indivíduos que foram classificados nessa forma de conjugalidade ocupam posições específicas no espaço social, na dinâmica das gerações, e são também diferenciados quanto ao sexo. Como discurso sistemático e elaborado, ou “ideologia”, o *casamento instituição* aparece, de forma freqüente, protagonizado pelos homens dos setores operários com idade superior a 40 anos. Mas também surge, mais como resultante prática do que como discurso elaborado, no outro extremo da escala social e nos dois sexos, isto é, nos setores sociais oriundos da burguesia proprietária, eles próprios

⁹ Com efeito, alguns dos entrevistados do grupo de duração do casamento dos 20 e mais anos, dos setores intermediários ou das profissões intelectuais e científicas, afirmaram que, no grupo dos amigos próximos, eram poucos os que permaneciam casados.

¹⁰ Para melhor clarificação do próprio conceito de *formas de conjugalidade*, ver Torres, 1996, 2000.

dos mesmos setores, ou da burguesia profissional. No plano das normas e representações, concluiu-se que os fatores ideológicos e religiosos podem igualmente contribuir para configurar essa perspectiva mais institucionalizada do casamento.

A forma de conjugalidade *fusional* parece assumir uma modalidade mais romântica, pelo menos no que diz respeito à forma como o projeto conjugal e familiar é relatado. Tendencialmente, nesse contexto, os futuros cônjuges casam porque gostam um do outro, querem estar juntos e também querem se tornar adultos, protagonizando o seu próprio destino. É na perspectiva da partilha romântica e do amor que surge a idéia de ter filhos. O projeto caracteriza-se, assim, como “fusionalmente” parental e conjugal, passando a constituir a aposta central que dá sentido à vida dos indivíduos.

Retomando a definição proposta por Kellerhals (Kellerhals, *et al*, 1982), essa forma de encarar o casamento traduz-se no relevo dado aos valores que insistem na exclusividade e na perenidade do laço conjugal, na escolha de modos de relação onde o “nós-casal” se sobrepõe ao “eu”, e no recurso a símbolos sociais que dão visibilidade à existência do grupo, como tal, em relação ao exterior. O acento tônico posto na vida familiar é tanto mais pronunciado quanto mais escassas são as possibilidades de se realizar profissionalmente “fora” (Kellerhals, *et al*, 1982, p. 94).

Na forma de conjugalidade fusional, a diferenciação de papéis entre os sexos é menor do que na institucional; mas continua a dominar a assimetria, sendo sempre as mulheres as responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados familiares.

Os “defensores” e “praticantes” dessa forma de conjugalidade encontram-se entre setores operários mais jovens (homens e mulheres) e nos setores intermediários (pequena burguesia técnica e de enquadramento intermediário e pequena burguesia de execução¹¹). Eles atravessam as diferen-

tes gerações, aqui identificadas, quer a partir da duração do casamento, quer da idade.

Finalmente, a forma de conjugalidade associativa é caracterizável como uma “associação” de dois indivíduos autônomos em deveres e direitos, com vista à promoção do bem-estar conjugal e familiar. Este não pode colidir nem sacrificar a autonomia individual e os projetos de realização pessoal. Nessa forma de conjugalidade, os indivíduos não esgotam o essencial da sua identidade nas dimensões familiares e conjugais, assumindo a existência de diversos projetos personalizados. Tal como, na forma de conjugalidade fusional, é a perspectiva romântica que funda a relação e é na sua continuidade, como conseqüência natural do amor conjugal, que surgem os filhos a completarem esse projeto. Mas, ao contrário da lógica fusional, os indivíduos têm mais autonomia, precisamente também porque não esgotam a sua definição identitária nessa dimensão da vida. Não é o “nós-casal” e o “nós-família” que se impõe aos indivíduos, mas é antes o bem-estar continuado destes que garante o bem-estar do coletivo. A perenidade da relação depende, assim, da concretização e da reafirmação desse bem-estar afetivo e emocional. Se, no plano da definição e do discurso ideológico, esse é o modelo que mais claramente prevê a tendência para uma certa indiferenciação no desempenho de papéis entre homens e mulheres – ambos devem assumir as responsabilidades domésticas e familiares e as profissionais –, na prática da vida familiar e conjugal tal indiferenciação não se atinge.

No que toca, globalmente, a todas as formas de conjugalidade, houve a preocupação teórica e metodológica de individualizar a perspectiva de homens e de mulheres no quadro da vida conjugal e familiar – o que, em geral, não surge de forma tão evidente quando se assume a definição dessas tipologias familiares –, para melhor poder analisar os efeitos de gênero. E tornou-se evidente que, a não se desenvolver esse esforço, se perderiam, de fato, diferenças, pois elas diluir-se-iam na preocupação de identificar uma resultante global caracterizadora do casal.

A focagem separada de homens e de mu-

¹¹ Para identificar a origem dessas classificações, ver Torres (2000).

lheres permitiu identificar vários tipos de situação quanto ao gênero e às formas de conjugalidade. Em alguns casos, homens e mulheres tendem para a mesma forma de conjugalidade, com versões ligeiramente distintas, enquanto em outros existe nitidamente a defesa de formas de conjugalidade diferentes. Na prática, porém, acaba por uma forma de “funcionar” se impor à outra e, em geral, é a forma de conjugalidade defendida e praticada pelos homens, a sua maneira de ver e de fazer que acaba por se tornar dominante, ao contrário do que, por vezes, se pensa. Nessas situações, tende a acontecer também, em certos sectores sociais mais do que em outros e mais nas gerações mais velhas e menos nas mais novas, que as mulheres procuram negociar alguma margem de manobra e autonomia, manifestando mais ou menos explicitamente a sua insatisfação. Mesmo assim, encontra-se aqui, com clareza, o sinal do prolongamento, no terreno da conjugalidade e da família, das assimetrias de poder entre homens e mulheres, que se verificam nas outras esferas da vida social.

Um outro foco de interesse foi o que se chamou de *tipos de centramento*. A identificação de modalidades diferentes de “investir” na vida conjugal, na família, na profissão, no lazer, surgiu ao se procurar responder à velha questão de saber se homens e mulheres atribuem significados diferentes à conjugalidade, e ao tentar, igualmente, escrutinar o estereótipo segundo o qual as mulheres só se interessariam pelos filhos e pela família e muito menos pela profissão.

Ficou claro que as modalidades de investimento na vida conjugal, na família e nos filhos, na profissão, no lazer, são, na verdade, diferenciadas. Mais uma vez se revelou, em todo o caso, a necessidade de ultrapassar visões estereotipadas, nomeadamente quanto à diferença entre homens e mulheres. Com efeito, pudemos encontrar todas as modalidades e combinações possíveis de investimento. Desde os que se centram basicamente num dos tipos de investimento – projeção pessoal e profissional, por exemplo – aos que atribuem mais importância à relação conjugal e amorosa e menos à parental, ou o inverso, até os que apos-

tam, de forma polivalente e relativamente equilibrada, em todas as dimensões referidas. Ao longo do ciclo de vida e no decurso das dinâmicas específicas da conjugalidade, acontecem também inflexões e mudanças de acento tônico de uma dimensão de investimento para outra – por exemplo, da conjugal para a parental, desta para a primeira, das duas para a profissional – ou exclusividades diversas.

Identifiquem-se agora alguns dos traços fundamentais de cada *tempo* e as modalidades de articulação entre *formas de conjugalidade*, *tipos de centramento* e *geração*.

O TEMPO DA INSTALAÇÃO: tensões para algumas, estatuto para outros

Ao sintetizar as características fundamentais da situação dos casados no *tempo da instalação*, sublinhou-se que se tratava de uma fase de adaptação e de acertos. Adaptação ao outro, à situação relacional, à mudança de papéis que representa o nascimento dos filhos. Foi uma característica captada quer a partir das entrevistas dos casados há menos de 10 anos, quer a partir do discurso retrospectivo dos que tinham casado há mais tempo. Sobre essa fase, quase sempre se diz sofrer períodos mais ou menos conflituais. Houve mesmo dois casais que pareciam ter-se bloqueado numa situação que, se não era de conflito aberto, seria, pelo menos, de claro desentendimento. Todos os outros falaram de momentos de tensão, aborrecimento ou conflito pelos quais foram passando.

As expectativas diferenciadas sobre o casamento, o fato de se estar perante uma fase muito intensa – a de todos os começos – e os diferentes modos de encarar a conjugalidade, os condicionamentos de gênero ou as condições de existência em sentido lato, podem contribuir, entre outros fatores de caráter psicológico e individual, para a ausência ou existência desses conflitos, ou para que eles sejam mais ou menos acentuados.

Vimos assim, nos setores operários, menor

acentuado na tensão e divergência e maior tranquilidade relativa nessa fase inicial do casamento. Dominando claramente a forma de conjugalidade *fusional*, ambos os membros do casal se mostram, em geral, muito mobilizados pelo projeto parental, embora seja também clara a aposta em limitar o número de filhos. Revela-se bem, nos discursos desses entrevistados, a centralidade da família no meio operário como área garantida, controlada, próxima, desempenhando a função de microcosmos protetor (Nunes de Almeida, 1993; Schwartz, 1990, p. 516).

O casamento, para os homens, é uma “honra” e a comprovação da passagem à condição de adulto responsável (Vale de Almeida, 1995, p. 222, 67). A paternidade significa ainda, para eles, demonstração de virilidade e masculinidade, assumindo os filhos o sentido de “obra” (Schwartz, 1990, p. 409). As mulheres, mesmo quando trabalham no exterior, avaliam a maternidade como projeto identitário central, revelando-se fator de segurança e de respeitabilidade. O casamento e a constituição de família representam, para ambos os cônjuges, estatuto, identidade pessoal e social, integração. Os outros meios de acesso e de pertença serão, geralmente, difíceis de alcançar. Acresce a esse conjunto de características a perspectiva, mais evidente nas mulheres, de uma avaliação positiva em termos de trajetória familiar intergeracional: elas acham, em geral, que têm mais direitos e que são mais respeitadas do que as suas mães o foram nos respectivos contextos conjugais e intrafamiliares.

Quanto aos tipos de *centramento*, as conclusões, nesse setor social, confrontaram-nos com alguns aspectos interessantes e talvez inesperados. Enquanto as mulheres tendem a avaliar positivamente o investimento profissional, os homens mostram-se bastante desiludidos com essa dimensão da vida. Talvez se verifique aqui também uma relação inversa em relação às expectativas iniciais: eles esperando muito mais no plano identitário dessa esfera, como os seus pais ou como os modelos masculinos mais velhos que lhes servem de referência; elas, trabalhando no exterior numa pers-

pectiva no essencial utilitária, vêm depois a descobrir as vantagens, no plano relacional e pessoal, dessa participação na atividade. Vimos, aliás, como as lógicas de solidariedade, fusão e ajuda mútua, no casal, parecem ser acentuadas pela respeitabilidade conferida ao fato de as mulheres contribuírem monetariamente para a casa.

O centramento, especificamente na relação conjugal, parece ser menos sublinhado do que em outras formas de conjugalidade e surge como mais indistinto em relação ao projeto parental. Isso não significa, contudo, ausência de projeção romântica, que surge ainda mais vincada ao comparar esse grupo com o dos operários mais velhos, os quais defendem e praticam a forma de conjugalidade institucional. Mesmo na relação com os filhos, nota-se uma mudança intergeracional. Os mais novos assumem comportamentos considerados mais modernos, como “assistirem ao parto”, e preocupam-se diretamente com os filhos querendo ser eles, e não os pais ou os sogros, a educarem a “sua” criança. Os mais velhos investem nos filhos segundo um modelo mais institucional e numa lógica autoritária – escondem o afeto, impõem a regra, admiram-se de ver reações dos filhos completamente diferentes das que eles teriam tido quando eram crianças.

Em síntese, não será nesse setor social, onde predomina a forma de conjugalidade *fusional*, que as tensões identitárias e as dificuldades inerentes a essa fase da instalação e dos grandes começos são mais intensamente referidas e vividas.

Também é um pouco essa a conclusão a que se chega quando se analisam os setores intermediários, onde, tal como no dos operários, se partilha a forma de conjugalidade *fusional*. Aqui, no entanto, os investimentos encontram-se mais repartidos. A relação conjugal começa a aparecer como dimensão autônoma (“precisávamos de mais tempo para nós dois...”). A atividade profissional tanto pode ser investida como não, dependendo do tipo de emprego. Também nesse subconjunto, as mulheres valorizam os benefícios da atividade profissional, enquanto os homens mostram algum desinteresse, eventualmente também relacionado

com o fato de avaliarem o seu próprio trabalho como pouco estimulante. A paternidade e a maternidade são altamente investidas. A proximidade entre homens e mulheres parece grande, e as lógicas de ajuda mútua para o coletivo da família, que caracterizam a forma de conjugalidade fusional, estão claramente presentes. Também aqui o casamento é visto como acréscimo de estatuto e respeitabilidade, quer para homens, quer para mulheres, sendo pouco visíveis as tensões que caracterizam os que têm acesso a investimentos alternativos (Kellerhals, *et al*, 1982).

Na forma de conjugalidade *associativa*, onde incluímos os grupos domésticos em que pelo menos um dos cônjuges tem formação universitária, a referência a dificuldades e tensões vividas nessa fase da *instalação* aparece então mais frequentemente do que nos grupos anteriores. As diferenças entre homens e mulheres assumem características relativamente paradoxais: é grande a proximidade de idéias, de projetos e de experiências vividas nos trajetos anteriores ao casamento, tal como se partilha a perspectiva de aposta diversificada nas diferentes dimensões da vida (carreira, parentalidade, conjugalidade, lazer). Mas a análise das entrevistas revelou que, na prática, as diferenças assumem contornos claros. Na formulação dos projetos personalizados, os homens são céleres e rápidos – quero fazer ou estou concluindo o mestrado, por exemplo –, enquanto as mulheres estão em *stand by* no plano dos investimentos profissionais e se queixam da sobrecarga de trabalho e da falta de apoios domésticos, ou da falta de dinheiro para obtê-los. Os projetos pessoais femininos são hesitantes, estão sempre mediados pelas responsabilidades familiares que assumem fundamentalmente como suas. O maior desejo, formulado por várias entrevistadas, surge como um apelo: uma empregada em tempo integral!

Claro que, muito embora esse seja o cenário global, há variações e diferenças de estilo, quer no caso dos homens, quer no das mulheres. No masculino, encontramos, num dos pólos, os “associativos puros”, definindo claramente o seu projeto de realização pessoal individualizado e, no

outro pólo, os que estão mais próximos de uma lógica fusional e integram o seu projeto pessoal no quadro mais geral do que consideram ser, também, o do interesse da família. No caso das mulheres, as diferenças estabelecem-se entre aquelas que manifestam claramente as dificuldades e impasses da situação em que se encontram e as que encaram a situação com algum pragmatismo, remetendo para o futuro a concretização dos seus projetos pessoais. Muito mais do que com os homens, situações de explicitação clara das ambigüidades e declarações de insegurança na forma de lidar com os diferentes “papéis” e conciliar os investimentos profissionais e familiares aparecem também no caso das mulheres.

Os condicionamentos de gênero atuam, assim, na prática, embora o discurso associativo seja comum aos dois membros do casal: só eles praticam o “associativismo” que ambos defendem, o que dá origem a tensões só às vezes explicitadas por um ou pelos dois membros do casal. São situações que ilustram a proposta de Kellerhals (1982) quanto às quase inevitáveis contradições envolvidas na prática do modelo “modernista”.

As entrevistas mostraram também que, quando essas tensões são explicitadas, não se lhes atribui a origem no comportamento do cônjuge ou em alguma especificidade da relação. As dificuldades e ambigüidades tendem a ser vividas como produto de constrangimentos externos, alheios à vontade dos indivíduos. Nos casos em que se atribuem ao outro os problemas principais vividos nessa fase da instalação, nota-se também alguma cristalização de uma situação de conflito.

O tempo da *instalação*, tempo de todas as promessas e de todos os começos, é assim vivido de forma diferenciada. Para uns, representa estatuto, estabilidade e respeitabilidade, enquanto para outros, e sobretudo para outras, ele pode significar igualmente dificuldades e ambigüidades, sem deixar de representar uma época desafiante e prometedora.

O TEMPO DA MUDANÇA E DAS TRANSIÇÕES: mobilidade social e retomada de projetos

A análise das entrevistas correspondentes ao tempo das mudanças e transições confronta-nos, nos planos teórico e empírico, com aspectos centrais das dinâmicas da conjugalidade, mais dificilmente captáveis quanto se usam tipologias a partir de cortes sincrônicos. Também a perspectiva individual de cada um dos cônjuges se clarifica ao abandonarem-se abordagens que apelam para a identificação de uma “voz” coletiva do casal. As conclusões que a seguir se sintetizam são ilustrativas.

Comparativamente com o tempo da instalação, verifica-se logo, no tempo das mudanças e transições, uma diferença quanto às formas de conjugalidade. Aparece, de modo muito nítido, a forma de conjugalidade *institucional*, que não apareceu no grupo dos que tinham casado há menos de 10 anos. Essa situação pode ser explicada como exemplo da menor prevalência, nas gerações mais novas, dessa maneira institucional de encarar o casamento.

Na verdade, surge, sobretudo no discurso dos operários e de alguns entrevistados de origem operária, a visão institucional de duração do casamento. Além de acentuarem as dimensões de responsabilidade envolvidas na conjugalidade, esses entrevistados tendem a sublinhar a perda total de liberdade que representou o casamento, mostrando também muito menos envolvimento na dimensão conjugal e mesmo na parental. Ao contrário dos mais novos, parecem ter uma perspectiva e uma prática menos *fusional*. As dimensões de ajuda mútua e de envolvimento romântico com as mulheres ficam mais distantes. Tratar-se-á, aqui, de um efeito geracional, tendendo os mais novos a defender duradouramente perspectivas “modernas”, ou estaremos perante um mero efeito de ciclo de vida conjugal? É difícil saber com toda a certeza, mas, a julgar pelas posições de uns e de outros, por exemplo no que se refere a valores sobre outras dimensões da conjugalidade, ou aos

direitos das mulheres, é mais provável e verossímil o primeiro tipo de explicação. Só um estudo longitudinal permitiria conclusões mais seguras.

As posições das mulheres desses entrevistados operários contribuem também para reforçar o peso do fator explicativo intergeracional. Embora num caso se tenha verificado a defesa, por parte da mulher, de uma lógica institucional, em geral elas tendiam para a forma de conjugalidade *fusional*, chegando mesmo a lamentar a impossibilidade de a relação conjugal funcionar nesses termos. Uma entrevistada desejaria, sem o conseguir, um funcionamento pela parte do marido mais romântico, mais partilhado.

Aparece agora um fator novo em relação ao tempo da instalação, que tem a ver com divergência quanto às formas de conjugalidade entre os dois cônjuges, aqui plenamente assumidas, pelo menos, por um deles. Sublinhando outra vez o peso dos condicionamentos de gênero, são as mulheres que se submetem aos modos de funcionar do marido. Noutros setores sociais, aumentam as margens de negociação do sexo feminino e talvez, por isso mesmo, apercebendo-se de que há outros modelos e modos de viver a relação conjugal nos tempos que correm, as mulheres desses operários aspirem a eles.

As modalidades de centramento revelam, por seu turno, diferenças entre homens e mulheres que refletem as que foram focadas anteriormente. Os homens que apostaram, e foram socializados para apostar, a sua identidade pessoal e social na profissão, acabam por ver essa aposta desconfigurada pelas ameaças constantes e pelas situações de precariedade a que as situações profissionais daquele tipo têm sido submetidas, nos últimos anos. As mulheres, em contrapartida, num efeito idêntico ao que já identificamos para as operárias mais novas, descobriram as vantagens que o desempenho de um trabalho pago lhes pode proporcionar. Acresce que a instabilidade profissional dos homens ou as ameaças de desemprego conferem ao trabalho feminino – aumentando assim também o poder relativo das mulheres – caráter de segurança fundamental para a sobrevivência da família. Por isso

se afirmou que, nesse campo, as mulheres pareciam estar em movimento de ganho e eles em perda. Nada, para todos os efeitos, e para “garantir” a supremacia masculina, que não seja “compensado” com a obrigatoriedade moral sentida pelas mulheres de assegurarem o essencial das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, ainda que trabalhem no exterior tantas horas como os seus cônjuges.

Os setores intermediários, no tempo das mudanças e transições, constituem uma espécie de entreposto, de ponto de chegada para alguns e ponto de partida para outros, em termos de mobilidade social. Discutiu-se, aliás, o papel decisivo que podiam desempenhar as lógicas geradas no grupo doméstico, e o que poderíamos também designar por “cultura familiar”, como meio de concentrar esforços ou desenvolver estratégias de mobilidade social.

No plano das representações e dos valores, alguns entrevistados tentavam claramente antecipar os valores de setores sociais que queriam atingir, através de um processo que Merton (1968) identificaria como correspondente ao esforço de fazer coincidir o “grupo de pertença” com o “grupo de referência”. Essa era, por exemplo, a situação dos que, tendo profissões técnicas intermediárias, procuravam completar cursos superiores para passar às profissões intelectuais e científicas. No plano das representações e mesmo das práticas, encontrávamos aqui entrevistados que, situados ainda na forma de conjugalidade fusional, pareciam, por outro lado, aproximar-se muito da associativa.

Do mesmo modo, os indivíduos de origem operária, que estavam, na ocasião, nos setores intermediários, mostraram ambigüidades no plano valorativo, produzidas, eventualmente, por efeitos de continuidade da pertença anterior. Por exemplo, surgiam toques de visão “institucional” sobre o casamento e a família, no caso dos homens, embora, em outros planos, como o do investimento parental e o do sentido de ajuda mútua em relação às mulheres, denotassem já sinais que os fariam incluir na forma de conjugalidade fusional.

Em ambos os casos, no plano das estratégias

de mobilidade social, o papel das mulheres foi fundamental. No caso dos entrevistados em trânsito para as profissões intelectuais e científicas, foram as mulheres, em duas situações, com trabalho em tempo integral e com dois filhos, que assumiram a iniciativa de completar uma formação no ensino superior. Quanto aos que passaram da condição operária aos setores intermediários, embora também se verificasse no caso masculino a progressão no contexto da empresa e o acesso a lugares técnicos, esse esforço coincidia com o das mulheres que, terminada a formação secundária, se envolviam em cursos de formação e passaram às profissões técnicas intermediárias.

Esse protagonismo feminino mostra que, apesar dos constrangimentos de gênero, as mulheres, quando vêem reunidas certas condições como, por exemplo, os filhos serem menos dependentes, ou conseguirem apoios da família ou do marido, podem procurar pôr em prática alguns dos projetos pessoais adiados antes, por imposição das responsabilidades familiares. Os condicionamentos de gênero continuam a funcionar e impõem-se à vontade dos indivíduos, mas estes não deixam de explorar a ampliação possível das margens de manobra.

Essas transformações e mudanças constituíram um dos fatores que contribuíram para a designação que atribuímos ao grupo de entrevistados com esses anos de duração do casamento. Com efeito, quer no plano da mobilidade social, particularmente visível nos setores intermediários, quer devido ao fato de os entrevistados fazerem frequentes referências a transformações, esse tempo de casamento é o mais revelador da dinâmica própria da vida conjugal. Na verdade, é quando já não se está completamente absorvido por filhos pequenos ainda muito dependentes, como acontece no tempo da instalação, quando ainda não se tem uma idade que limita os reinvestimentos profissionais, quando o essencial está jogado no plano profissional, como acontece no tempo da conformação e da realização pessoal, é que parece haver mais espaço de manobra para a mudança e para outras apostas. Muitas vezes, essa dinâmica é protagonizada mais

por um dos membros do casal do que pelo outro, o que se torna evidente ao captar a perspectiva individual de cada cônjuge.

Quanto aos tipos de centramento, nos setores intermediários verifica-se a diversidade de investimentos – na relação conjugal, na parental, na profissão. Continua, no entanto, a ser central a vertente familiar e parental no plano identitário, quer para os homens, quer para as mulheres. A tendência acentua-se, aliás, no meio operário, ficando a aposta na relação conjugal mais intensa nos outros setores.

Os investimentos na profissão são variados, tanto para os homens como para as mulheres, mas a aposta identitária masculina é também menor, verificando-se, por vezes, pouco investimento ou mesmo desinteresse profissional. No caso das mulheres, confirma-se o perfil de valorização do trabalho externo, já notado em outros setores. Entrevistadas há que se queixam de não lhes serem atribuídas determinadas responsabilidades que sentem perfeitamente capazes de assumir. O contrário, portanto, da imagem de uma mulher dependente e retraída no plano profissional.

Junto dos profissionais intelectuais e científicos, quando um dos membros do grupo doméstico tem formação universitária e a forma de conjugalidade é associativa, surgiram características diferentes das que têm sido analisadas nos outros setores sociais neste grupo de duração do casamento.

Por um lado, quanto aos homens, estamos perante o caso típico das situações de grande investimento profissional na carreira, que se configura como aposta identitária, assumindo a profissão lugar central no plano da realização pessoal. Foi, aliás, a partir desses casos, e dos “associativos”, casados há mais de 20 anos, que se propôs uma distinção entre homens e mulheres, quando ambos têm carreira profissional, a propósito da forma de investir nas diferentes dimensões da vida conjugal. Enquanto eles tendem a encarar a vida familiar e a conjugal como bastidores ou de pano de fundo seguro, fiável e garantido, a partir do qual se projetam pessoalmente, elas tendem a investir,

em paralelo, nas diferentes dimensões da vida: no trabalho profissional, na família, na relação conjugal.

Foi ainda possível identificar outra diferença entre homens e mulheres, claramente denunciando, mais uma vez, os condicionamentos de género e ilustrando também os efeitos da dinâmica familiar e conjugal. Na verdade, enquanto os homens com carreira profissional no *tempo das mudanças e das transições*, estão em fase de pleno empenho, as mulheres parecem estar em posições ainda um pouco recuadas. Porque assumem maiores responsabilidades familiares e dificilmente os seus cônjuges, demasiado envolvidos na sua própria carreira, partilham essas responsabilidades, as mulheres acabam sendo forçadas a retraírem-se em relação a projetos mais personalizados.

Se as mulheres já não estão em *stand by* nessa fase, como as suas congêneres do *tempo da instalação*, ainda se diferenciam da disponibilidade dos maridos. As situações analisadas são, em todo o caso, insuficientes para tirar conclusões definitivas, embora seja no grupo de duração do casamento seguinte que o empenho profissional feminino surge muito mais pleno e assumido. Os cônjuges, em contrapartida, parecem já ter passado o apogeu do seu investimento profissional. Os ritmos de investimento profissional diferenciam-se entre homens e mulheres na forma de conjugalidade associativa: as diferenças vão-se desenhando desde o tempo da instalação até o tempo das mudanças e das transições, tornando-se depois mais claras no tempo da conformação e da realização pessoal.

TEMPO DA CONFORMAÇÃO OU DA REALIZAÇÃO PESSOAL

Com o grupo de duração dos 20 anos e mais, chegamos ao tempo da estabilização – satisfatória, insatisfatória, flutuante – da relação conjugal. Alguns projetos foram cumpridos, outros nem tanto. Certo é que, com a passagem do tempo, as condições objetivas anteriores e as que foram nascendo da própria relação criaram algumas irreversibilidades.

Em outros planos da vida, como no profissional, também foram já traçados caminhos essenciais. A relação entre família e trabalho pode, no entanto, transformar esse período, para as mulheres de certos setores sociais, numa fase de novos investimentos ou de afirmação tranqüila dos existentes.

A comparação entre o que dizem os entrevistados desse tempo da conformação ou da realização pessoal e o que dizem os mais novos remete-nos diretamente para a problemática da mudança social e da mudança intergeracional. Nas histórias com mais densidade temporal, reencontramos as profundas e rápidas transformações da sociedade portuguesa dos últimos 40 anos, a adesão esperançada de uns, as perplexidades de outros. Apesar de serem notórias certas linhas de permanência entre gerações, parecem mais evidentes as linhas de fratura, sobretudo quando, a par das opiniões, se registram processos de mobilidade social de uma geração para a outra.

Exemplo talvez bem evidente da mudança e das perplexidades que ela pode suscitar pode ser encontrada nos setores operários. Vimos aí a defesa e a prática, do modelo mais clássico de divisão do trabalho entre homens e mulheres, com elas em casa e eles a serem os provedores da família, modelo que se traduziu, na linguagem da pesquisa, pela predominância da forma de conjugalidade institucional. Concluiu-se também que, se havia convergência de idéias e de projetos entre os dois cônjuges de alguns casais, no caso de outros havia a imposição por parte do marido de um modelo de funcionamento autoritário a que a mulher tinha de se submeter. Reencontramos a forma de conjugalidade institucional para o marido contra as aspirações mais fusionais da mulher, já detectadas no tempo das mudanças. Aqui, contudo, a imposição autoritária parece ser mais decisiva, já que, no caso de um entrevistado mais velho, ele chega a ponto de não deixar a mulher trabalhar fora de casa nem frequentar cursos de formação. Pode ver-se aí um sinal, como se disse a propósito do conceito de conjugalidade, de um efeito do contexto envolvente nos mais novos: eles não ousam já assumir posições tão autoritárias como as dos

homens mais velhos. De forma congruente com essa transformação, a valorização da contribuição feminina para a família, através do desempenho do trabalho pago, é mais evidente nas gerações mais novas do que nas mais velhas. Junto das últimas, aliás, o modelo da domesticidade das mulheres surgia associado à desvalorização das suas competências em outros planos que não o “expressivo”.

Quanto aos tipos de centramento, verificou-se que, no caso dos homens, a identidade pessoal e social se constrói, no fundamental e apesar de eventuais dificuldades, à volta do desempenho profissional, tendo também importância a vertente parental. Mas tudo o que diz respeito às relações familiares é mediado pelas mulheres. Para os homens, os filhos, tal como acontece com os operários mais novos, estão associados à demonstração da virilidade e masculinidade e ao sentido de “obra”. Mas, no plano dos valores, os mais velhos tendem a assumir, na relação entre pais e filhos, posições autoritárias, enquanto os mais novos parecem inclinar-se para uma perspectiva mais democrática e valorizadora dos afetos e da dimensão emocional. A relação conjugal é também relativamente indistinta da relação familiar, tanto no caso dos homens como no das mulheres. Isso parece para elas, no entanto, constituir resultante não desejada – a afirmação de que “os filhos estão acima de tudo” surge, por vezes, associada à lamentação pelo fato de o marido não ser o verdadeiro companheiro que desejaram.

Nos setores intermediários, os tipos de centramento são mais diversificados e menos intensos. Não surge, por exemplo, no caso dos homens, forte empenho e domínio identitário central das dimensões profissionais, como acontece com os operários mais velhos ou com os que têm uma verdadeira carreira. Por outro lado, e no caso das mulheres, a família não aparece a ocupar o espaço todo, e o trabalho tende a ser muito mais do que uma fonte de rendimento.

As apostas são diferenciadas e podem repartir-se entre os que acham o trabalho estimulante até aos que o consideram sem qualquer interesse, tanto no caso dos homens como nos das mu-

lheres. Aqui, o fator tipo de trabalho ou as idiossincrasias pessoais contam mais do que o gênero. Assim, tanto podemos ter um funcionário das finanças desinteressadíssimo do seu trabalho mas conformado, como um técnico de contas que afirma entregar-se cem por cento com gosto à sua profissão. Podemos ainda encontrar um comissário de bordo de uma companhia de aviação afirmando que o seu trabalho é leve mas interessante, ou uma funcionária bancária que se sente medianamente interessada na atividade profissional.

No plano dos investimentos conjugais, é também variado o panorama, e os homens tanto revelam perspectivas completamente fusionais como institucionais. O investimento familiar, na lógica das responsabilidades, aparece plenamente assumido pelas mulheres como seu principal dever, tendendo os homens a um papel de ponto de apoio, mais do que ao de verdadeiros líderes familiares. Não estamos, por isso, nem perante o “pai de família” autoritário dos meios operários da mesma idade, nem perante a figura de referência, distante mas central, porque tem sempre a última palavra a dizer, dos meios em que o homem tem uma carreira.

Nos setores intermediários, neste grupo de duração do casamento, a figura parental é relativamente lateralizada no plano das responsabilidades familiares, mas presente como auxiliar da mulher. Talvez se explique o papel secundarizado desses homens no campo familiar pelo efeito da continuidade de uma lógica ainda tradicional, que responsabilizava principalmente as mulheres pela família, mas a atuar num contexto em que elas, apesar de tudo, têm uma atividade profissional. Para além da responsabilidade da família, elas assumem também o respectivo sustento numa base de quase paridade com os maridos – todas as entrevistadas deste grupo trabalhavam na administração pública, em bancos, ou em empresas como administrativas ou quadros médios. Confrontamos, aqui, com a questão da guerra colonial e com o fato de as mulheres terem aproveitado as oportunidades de emprego surgidas precisamente nes-

ses setores profissionais nos anos 60 e 70.

Outro sinal dessa especificidade feminina e da maior paridade relativa entre homens e mulheres nesse setor é o fato de, em termos das modalidades de funcionamento da relação conjugal, as mulheres deterem alguma capacidade de negociação em relação aos cônjuges e às decisões sobre a vida familiar. Assim, por exemplo, no caso de clara divergência de perspectivas sobre aspectos da relação e da interação conjugal, em que ele é claramente *institucional* e ela tende para o *fusional*, uma entrevistada acaba conseguindo negociar alguma margem de manobra. Já que não é possível a partilha com o marido de um conjunto de atividades que ela gosta de desenvolver, acaba por desenvolvê-las sozinha, ou com a filha. Maiores margens de decisão e de autonomia das mulheres são também visíveis em outras entrevistas, sem esquecer, no entanto, que elas despendem e acumulam muito mais horas efetivas de trabalho, juntando o remunerado com o não remunerado.

E estamos longe, nesse setor, das imposições de autoridade que vimos atrás, nos setores operários. Curiosamente, no entanto, o autoritarismo de alguns dos cônjuges é lembrado por algumas como problema do passado. Problema que foi sendo ultrapassado pela persistência da entrevistada, não sem momentos de conflito, ao ir conseguindo impor um pouco mais a sua vontade.

Muito provavelmente o fato de se sentirem competentes em outras esferas, como a profissional, e uma progressiva segurança adquirida pelo longo convívio conjunto, que corre bem no essencial, podem ajudar nesse processo de maior autoestima e afirmação feminina, bem como na maior capacidade de negociação nessa fase do casamento. Não podem, por outro lado, excluir-se dos efeitos, já referidos, do contexto exterior, que favorecem progressivamente a idéia da igualdade entre os sexos, efeitos reforçados, já se vê, pela maior permeabilidade à mudança e às influências externas dos setores intermediários.

Essa interferência do exterior, que interpela e questiona os que estão casados há mais de 20

anos e fazem o balanço entre os valores que predominavam quando se casaram e os que são hoje dominantes, faz-se sentir de forma particular nos setores das profissões intelectuais e científicas.

Embora, nesses setores, haja mais margem de manobra individual e predomine claramente a forma de conjugalidade *associativa*, a verdade é que os valores tradicionalistas do passado, nomeadamente no plano do maior distanciamento dos homens das responsabilidades familiares, marcaram os casamentos realizados nos anos 60. A norma adequada era, então, a divisão clássica de papéis e não a igualdade, a complementaridade, e não a simetria ou a indiferenciação. As socializações de rapazes e moças preparavam e confirmavam esse modelo.

Ainda que, no plano ideológico, os jovens dos anos 60, como testemunham alguns homens entrevistados nesses setores sociais, estivessem prontos a cortar com os hábitos mais tradicionais da geração anterior, praticar, de fato, esse corte, no domínio da igualdade entre homens e mulheres, era mais complexo. Vimos essas dificuldades serem superadas, em certos casos, através dos apoios familiares e da delegação do trabalho doméstico pago, conseguindo algumas entrevistadas concretizar os seus projetos, sempre em situações que não foram fáceis.

Reconhecemos problemas idênticos através das queixas de algumas entrevistadas, quadros de empresa, que só anos mais tarde puderam concretizar as suas aspirações, porque estiveram completamente absorvidas pelas responsabilidades familiares, sem apoio dos maridos, nos primeiros anos da vida de casados. A comparação entre os primeiros anos de vida de casada de uma entrevistada e o que ela acha que são os mesmos primeiros anos de seus colegas de empresa – que ela considera que participam muito mais em casa, sobretudo nos cuidados com os filhos, do que o seu marido alguma vez teria participado – provoca uma espécie de sensação de se ter nascido no tempo errado. A interferência do “exterior”, de que se falou ao propor a identificação de uma das dimensões do conceito de conjugalidade, parece ter os

seus efeitos. Na verdade, quando se analisa ou se faz o balanço da vida conjugal, entram em linha de conta, explícita ou sutilmente, comparações relativas na forma como se observam os outros e os contextos valorativos mais envolventes que interferem no modo como se pode encarar e avaliar a própria vida pessoal.

EM CONCLUSÃO: três tempos, três gerações de casais e gênero

Formulou-se, no início, a proposta da diversidade das formas de conjugalidade cuja configuração foi analisada. Se, no plano emocional, a centralidade do casamento parece importante em todas as formas de conjugalidade, embora de forma secundarizada na *institucional*, já no que toca às esferas identitárias e à posição de dependência que se pode estabelecer em relação à conjugalidade – casamento como estatuto ou como investimento basicamente afetivo e relacional – há diferenças significativas. Elas traduzem-se, também, nos diferentes tipos de centramento, com distintos graus de dispersão e diversificação.

A operacionalização do conceito de conjugalidade proposto permitiu, por outro lado, ter uma perspectiva multifacetada da vida conjugal: captaram-se os investimentos românticos, mas também os constrangimentos decorrentes dos recursos e inserções na vida social dos atores; salientaram-se os aspectos da construção identitária, sem deixar de ter em conta as mudanças, as idéias e o contexto cultural e simbólico mais vasto em que se inscrevem os atores sociais; analisaram-se expectativas, adaptações, constrangimentos, mas igualmente estratégias para contornar as dificuldades decorrentes das situações novas, criadas pela dinâmica própria da conjugalidade.

Veja-se agora, mais sistematicamente, o que a análise das entrevistas permite concluir quando se comparam as gerações de casados – das três durações do casamento e dos três tempos – e as diferentes formas de conjugalidade.

Quanto à forma de conjugalidade *institucional*,

verifica-se, como já foi referido, que ela não surge nos entrevistados casados até 10 anos, os do *tempo da instalação*, ou seja, junto dos mais jovens, sejam eles operários, dos setores intermediários ou das profissões intelectuais e científicas. Ela só aparece no conjunto dos que estão casados há mais de 10 anos, isto é, no *tempo das mudanças* e no *da conformação ou realização pessoal*. O que pode traduzir a mudança de práticas e representações em relação à conjugalidade sustentada, pois tanto quanto mais jovem se é e menos se defende e pratica a visão tradicional e institucionalizada do casamento. No plano teórico, pode assim dizer-se que, nesse caso, os efeitos de contexto cultural e simbólico ou os de ciclo de vida conjugal pesam mais do que as diferenças sociais para distinguir os indivíduos.

Deve-se ainda salientar que a forma de conjugalidade institucional surge mais nos setores operários (com a exceção dos mais jovens) e menos, embora também apareça, em setores profissionais como os técnicos administrativos intermediários ou os quadros superiores, e quando aí surge é, quase sempre, nos casados há mais de 20 anos. Tornou-se, por isso, difícil estabelecer uma comparação intergeracional, a não ser para os setores operários. É o que se procura fazer em seguida.

Notam-se muito bem as mudanças intergeracionais quando se comparam, por exemplo, os operários mais novos com os mais velhos. É elucidativo o discurso de um operário com mais de 60 anos, com uma perspectiva perfeitamente tradicionalista quanto à divisão de papéis entre homens e mulheres no casamento, e que se revela também, de algum modo, perplexo com as evoluções do presente, no que se refere à situação das mulheres ou às relações entre pais e filhos. Demonstrando essas suas perspectivas tradicionalistas, ele afirma, entre outras coisas, a sua incompreensão pelo fato de a filha só fazer o “trabalho de estudar” e não fazer nada em casa, nem saber “esfolar um coelho ou matar uma galinha”. E também considera que, quando era criança, obedecia muito mais aos pais do que os seus filhos lhe obedecem, achando ainda que hoje “há muita

falta de respeito”. Essas afirmações revelam as diferentes referências simbólicas que distanciam os pais dos filhos, especialmente quando há mudança e movimentos de mobilidade social ascendente. Percebe-se que uma jovem que se prepara para ser professora, nos dias que correm, não veja a utilidade de saber “esfolar um coelho ou matar uma galinha”. Mas também se compreende que, para um operário com origem rural, esse desconhecimento da filha signifique uma falta de “atributos” do que ele, na sua perspectiva, considera serem os da mulher “adequada”.

Outro aspecto a focar, quanto aos tempos de duração do casamento, refere-se ao momento do ciclo de vida a que chegaram esses casais “institucionais” do tempo da realização ou conformação pessoal. Verificou-se que, enquanto os homens, nesse caso operários qualificados, pareciam estar bem e tinham orgulho pelo seu percurso, estando ou à beira da aposentadoria ou aposentados, as mulheres já estavam em situações mais ambivalentes. Os filhos ou já saíram de casa ou estão para sair, e a projeção forte que sempre tiveram na família precisa agora de encontrar outros domínios de investimento. Quando esses lhes estão vedados, como acontece com a mulher do operário, que a impede de frequentar cursos de formação profissional e de trabalhar fora de casa, os sentimentos em relação à situação podem ser negativos.

Ainda nesse grupo dos que estão casados há mais de 20 anos, vale a pena fazer referência às posições dos que se incluem na forma de conjugalidade *institucional*, embora não sejam operários. Veja-se o caso de um entrevistado, engenheiro dirigente, com 64 anos, casado há mais de 30 anos com uma mulher católica praticante, e com 4 filhos, que, mesmo defendendo a perspectiva institucional em todos os outros parâmetros, achava que fazia sentido a sua mulher trabalhar como professora, porque ela “gostava” do que fazia. E outro caso de um quadro intermediário das finanças, que ilustrava a sua posição institucional, entre outras declarações e práticas, com a afirmação do fato de ter casado porque achava que a

mulher “já tinha as condições para ser uma dona de casa”, demonstrando, assim, a sua visão pouco romântica do casamento, visão essa, aliás, de que a mulher não partilhava. Ou o de um empresário que assumia claramente a defesa e a prática da assimetria entre homens e mulheres na família, subalternizando a mulher e sustentando que o casamento e a família eram responsabilidades contraídas que se impunham aos indivíduos.

Quanto ao *tempo das transições*, os institucionais que são também operários revelam-se um pouco menos tradicionalistas do que os mais velhos. Já não se encontra tão claramente a defesa dos modelos de assimetria entre homens e mulheres, tampouco a situação do homem provedor da família e da mulher que fica em casa a tomar conta dos filhos. Mas persistem os traços que os caracterizam como “institucionais”: assumem o casamento como uma responsabilidade que contraíram e que se deve manter para preservar a instituição, independentemente da maior ou menor satisfação dos indivíduos. São desvalorizados os investimentos afetivos e relacionais, o relacionamento parental revela-se mais significativo, no caso das mulheres, mas também no dos homens, do que a dimensão conjugal.

Quanto ao momento do ciclo de vida, ou ao *tempo* em que se encontram, no caso dos homens e ao contrário dos operários mais velhos, não se trata, de modo nenhum, de um momento positivo. É já uma geração com mais de 40 anos, marcada pela ameaça ou mesmo pelo fechamento de fábricas e empresas, pelo espectro do desemprego e pela instabilidade e precariedade do trabalho. Um dos operários entrevistados, pai de cinco filhos, com 43 anos no momento da entrevista, tinha como perspectiva o fechamento da empresa onde há quase vinte anos trabalhava, e outro, mais novo, com 2 filhos, tinha uma situação peculiar. Estava “ligado” sem contrato permanente há 15 anos a uma empresa que continuamente o despedia ao fim do contrato a prazo, para depois o voltar a contratar. Nessa dimensão tão importante da vida desses entrevistados, dimensão obviamente da qual depende a subsistência e o bem estar da família,

esse é um momento difícil, não tanto pela lógica interna à vida conjugal ou familiar, mas pela instabilidade introduzida pelas situações de inserção profissional.

As mulheres desse *tempo das transições* trabalham tal como os homens em empresas, muitas vezes também em equilíbrios instáveis e com grandes cargas de trabalho e responsabilidade, já que são elas também que assumem a execução de todas as tarefas domésticas e são responsáveis pelos cuidados com os filhos.

Os operários mais novos, em contrapartida, os do *tempo da instalação*, distinguem-se dos que estão casados há mais de 10 anos, e, por isso, não foram considerados na forma de “conjugalidade institucional”. Exemplos dessas distinções são patentes num discurso que se distancia mais explicitamente da divisão de papéis tradicionais entre homem e mulher, surgindo uma visão mais *fusional*, companheirista e romântica da relação entre os cônjuges, uma vontade de se envolver mais diretamente na educação dos filhos, querendo decidir sobre tudo o que lhes diz respeito, desenvolvendo práticas que revelam esse maior envolvimento direto, como assistirem ao parto dos filhos. As responsabilidades familiares são aqui assumidas como decorrentes do “gosto” pela situação de estar casado e de ter filhos, isto é, de dentro para fora, e não porque há uma responsabilidade contraída a que se tem de conformar a vontade dos indivíduos. Mas será que essa perspectiva se manterá no futuro, em outros tempos de duração do casamento, como o das “transições” ou o da “conformação”, ou será que eles se tornarão “institucionais”? Qual será o efeito mais forte, o do contexto cultural e simbólico da época, ou o das lógicas próprias dos diferentes tempos do casamento? É difícil saber ao certo.

Quanto à maneira como vivem esse *tempo da instalação*, pode dizer-se que, se no plano profissional, as apostas não são muito conseguidas, queixando-se esses profissionais (operadores de máquinas, trabalhadores em grandes oficinas) de terem empregos com trabalhos pesados, pouco qualificados e pouco compensadores em termos

de remuneração, já em relação à família parecem encontrar-se num momento positivo de cumprimento da sua identidade como adultos responsáveis, situação que o fato de serem pais recentes lhes parece conferir. Situação idêntica parece passar-se com as mulheres dos operários mais jovens, no *tempo da instalação*. A forma de conjugalidade praticada e defendida é também a *fusional*, como já foi mencionado, sendo esse um “tempo” bom de afirmação individual através da maternidade, surgindo igualmente o trabalho profissional como algo de positivo que lhes confere auto-estima.

Olhando agora para os *fusionais*, dos três tempos de duração do casamento, e excluindo os operários mais novos a que já se fez referência, comparem-se esses grupos entre si. Os *fusionais* do *tempo da instalação* distinguem-se dos do *tempo das transições*, porque os primeiros parecem estar mais mergulhados na vida familiar numa altura em que os filhos são pequenos e mobilizam toda a atenção, só começando no *tempo* posterior a definir mais claramente projetos mais individualizados. Tratando-se, no plano da inserção socioprofissional, de indivíduos que ocupam posições intermediárias, como empregados administrativos de empresas, bancos ou função pública ou profissões congêneres, o grau de mobilização pela profissão é bastante variável, nem sequer se podendo dizer que se encontrem diferenças regulares entre os sexos.

No plano comparativo, o que parece decisivo é que o *tempo das transições* é aquele em que se verificam tendencialmente mais mudanças, onde se consolidam projetos profissionais, ou se aposta em mais formação ou na mudança de emprego. Não se deve esquecer, no entanto, que, dentro desse grande grupo, as posições aparecem matizadas, havendo os que se aproximam mais dos operários e da forma de conjugalidade institucional, enquanto outros antecipam, já no plano das práticas e das representações, a sua passagem para os “associativos”.

O discurso do companheirismo entre os cônjuges, mas também o centramento na família, é muito disseminado nesse grupo. O trabalho fun-

ciona, quer para homens quer para mulheres, como um investimento que, não sendo valorizado pelas suas qualidades intrínsecas, pode vir, no futuro, a assumir contornos mais interessantes. Mesmo os que não têm um projeto definido de mudança revelam, quando não estão particularmente satisfeitos com o trabalho que têm, que há perspectivas em aberto e que as coisas podem vir a melhorar. No plano da relação entre trabalho e família, procura-se uma articulação harmoniosa dessas duas dimensões da vida, preocupação particularmente assumida pelas mulheres. E se é verdade que o tempo em que as crianças eram pequenas e exigiam grande absorção já passou, também se mostra que, com os filhos entrando na adolescência, esse é um tempo de exigências e de problemas específicos no seu acompanhamento. As queixas femininas em relação à não partilha das tarefas domésticas não surgem de forma tão sonora como surgem nos fusionais mais velhos ou nos associativos. Talvez por um efeito cruzado: essas mulheres não formulam ainda a questão da partilha no plano reivindicativo, como acontece com algumas associativas e, por outro lado, os homens já assumem mais alguma divisão do trabalho, embora sempre de forma muito limitada em relação ao volume de tarefas que as mulheres desenvolvem.

Os *fusionais* do *tempo da conformação* ou da *realização pessoal*, casados há mais de 20 anos, desempenham o mesmo tipo de atividades profissionais que os mais novos e parecem assumir, em relação à família, o mesmo tipo de atitudes, embora tenham um discurso menos igualitário, no plano das relações entre homens e mulheres, do que os mais novos. Assim, o fato de serem mais velhos e o ponto da trajetória de vida em que se encontram podem contribuir para se referirem de forma diferente, quer em relação à vida profissional, quer em relação à dimensão familiar.

Quanto ao investimento no plano da família, trata-se de um relacionamento com filhos já mais autônomos, que não exigem tanto envolvimento e que também se aproximam da saída de casa dos pais. Para as mulheres, trata-se de um momento tanto mais difícil quanto não tenham

uma atividade profissional estimulante, nem hipóteses de investimentos alternativos, já que, ao contrário do *tempo das mudanças e transições*, as hipóteses e o tempo para a mudança estão agora mais limitadas pela idade. Assim, se os investimentos profissionais continuam a permanecer compensadores, ou existirem outras áreas de investimento, a passagem para o período do chamado “ninho vazio” pode efetivar-se com menos dificuldade. Se, pelo contrário, o interesse pelo trabalho já foi reduzido ou foi se enfraquecendo, essas transições podem se fazer com mais problemas.

Para os homens, a esfera de investimentos alternativos à família torna-se ainda mais importante, já que, nessa geração de pessoas casadas há mais de 20 anos, o investimento na família se faz, de certa forma, mediado pelas mulheres. Assim, o fato de se poder atribuir sentido à profissão, numa altura em que já se antevê, no horizonte, a situação de aposentadoria, ou o fato de existirem investimentos alternativos, como áreas de lazer a serem valorizadas, pode representar uma defesa importante para as mudanças familiares. Também no plano da relação conjugal se podem configurar alguns problemas. Está-se perante a forma de conjugalidade *fusional*, característica, portanto, de grandes apostas na família como coletivo e menos em projetos individuais, numa lógica de carreira como no projeto associativo. Ora, não é pouco frequente que, durante muito tempo ocupado com a educação dos filhos, o casal possa esbater o seu centramento na relação, o que implica alguns ajustes na fase em que os filhos se aproximam da saída de casa. Esses problemas não se colocam da mesma forma nos outros tempos da conjugalidade.

Considerando agora as três gerações de *associativas* e voltando às perguntas do início da pesquisa, que tendências existem de continuidade, que linhas de fratura? Se as mais novas estavam em *stand by* no campo dos projetos individuais relacionados com a profissão, as do *tempo das mudanças* começavam a retomar esses projetos, e as mais velhas, não sem testemunharem algumas dificuldades, pareciam, finalmente, conseguir concretizá-los.

Mas é enganador pensar, numa lógica evolutiva, que o sentido da transformação vai ser o mesmo para as jovens, quando elas chegarem à idade das mais velhas. Na verdade, como vimos, cada geração corresponde também a uma conjuntura específica, quer no plano das condições objetivas de vida, quer no das idéias e valores. No plano teórico, o que isso significa é que a variável *ciclo de vida conjugal*, ou *tempo, trajetória e dinâmica*, como se considerou na pesquisa, ganham significado apenas quando associadas a outras, como o contexto ou conjuntura. Se, no plano dos valores e das idéias, a situação para as mais novas parece ter melhorado, já no plano das condições objetivas, é mais duvidoso que assim seja.

Um dos desejos insistente das mais novas, e porque os homens continuam a não assumir a sua parte do trabalho doméstico, é o de ter dinheiro para delegar algumas das tarefas domésticas e obter apoio nos cuidados com os filhos. Isso pode traduzir a vontade de reproduzir um modelo – em casa dos ascendentes, ou com o *grupo de referência*, era assim que as coisas funcionavam, já que as empregadas faziam o essencial – que, hoje em dia, será mais difícil pôr em prática, devido ao preço elevado desse tipo de trabalho. Embora com maior margem de manobra no campo da imagem de mulher e no da afirmação dos seus desejos como indivíduo, certas condições objetivas dificultam, ainda assim, a concretização desses projetos.

Outro fator negativo para a elaboração e a concretização de projetos profissionais é a maior instabilidade profissional que atinge particularmente as mulheres: várias entrevistadas, que ocupavam profissões como professoras ou arquitetas, ainda não tinham situações completamente estáveis. Sabe-se que essa era uma situação, nas mesmas profissões, altamente improvável nos anos 60.

Se olharmos para as diferentes gerações, tendo agora em conta os homens *associativos*, nota-se uma linha de continuidade nítida dos mais velhos para os mais novos, persistindo algum afastamento em relação às responsabilidades familiares e domésticas no plano da gestão e da execução. Apenas algum desvio positivo se observa no tem-

po ocupado com os cuidados com os filhos e na maior abertura global aos interesses da família, por parte dos pais jovens.

O afastamento relativo dos homens em relação às responsabilidades familiares, além de parecer inscrito num sistema de disposições masculinas que *naturaliza* certas opções, traduzidas, por exemplo, na facilidade com que se definem projetos personalizados, também é produzido e alimentado por constrangimentos externos. Aqueles que se impõem à vontade dos indivíduos e que se geram na esfera profissional através de um sistema de expectativas. Não só os homens que têm carreira, ou estão a construí-la, muitas vezes acham *natural*, em certas fases, amortecer o seu investimento na família, como são muitas vezes as empresas em que trabalham que esperam deles um comportamento adequado ao estereótipo em termos de gênero. Ou seja, mesmo que eles desejem, por exemplo, partilhar com as mulheres a licença parental, serão impelidos a não fazê-lo, para não desiludir expectativas na empresa.

Assim, apesar dos progressos verificados nas gerações mais novas – que, no plano dos valores e das representações, são inegáveis, sobretudo no que toca ao envolvimento paternal nos cuidados com os filhos –, a verdade é que outras forças e constrangimentos acabam por ditar as suas regras. Enquanto, para a lógica de quem emprega, homens e mulheres não forem pessoas com família, enquanto, de forma mais genérica, não se levarem à prática as medidas implicadas na ideia de uma *mulher-indivíduo*, contra a ideia de uma *mulher-natureza*, a verdadeira igualdade de oportunidades entre os sexos, no casamento ou fora dele, ideia que tem, apesar de tudo, progredido de forma que parece irreversível, será de concretização lenta e difícil.

Vale a pena ainda concluir, de forma mais sistemática, sobre os efeitos do gênero no casamento. Dependendo das posições dos sexos e igualmente das formas de conjugalidade, a verdade é que a maior proximidade no plano dos valores e das representações, que se observa com nitidez nas

formas de conjugalidade *fusional* e *associativa*, não corresponde, por vezes, a maior simetria efetiva de posições e de percursos entre homens e mulheres. Paradoxalmente, nos setores em que, por efeitos de trajetória, essa igualdade parece, antes do casamento, quase total – nos setores com formação universitária – é onde se verificam, depois, diferenças mais acentuadas. Só em certas condições tais diferenças podem vir a ser recuperadas noutras fases do casamento, como acontecia com algumas mulheres que retomavam, no *tempo das mudanças*, os seus projetos personalizados.

Para todos os efeitos, verificou-se uma regularidade clara. São sempre as mulheres, em todas as durações do casamento e em todas as formas de conjugalidade, a sacrificarem os seus objetivos pessoais às responsabilidades familiares. Outra regularidade nítida, que corrobora resultados de muitos outros estudos, é que há uma relação direta entre atividade feminina no exterior e maior capacidade de decisão e negociação no casal.

Vale a pena ainda referir, a propósito do gênero, que as posições dos homens perante a profissão não correspondem, de forma rígida, aos estereótipos genericamente reconhecidos. Os homens inteiramente dedicados à carreira, que transformam a família no bastião seguro a partir do qual se afirmam pessoalmente na profissão, constituem apenas um dos subtipos encontrados e, provavelmente, devido aos baixos níveis de formação da população portuguesa, pouco representativo no conjunto. Mais freqüente é uma posição de adesão menos intensa à profissão, que pode ir do conformismo ao interesse relativo. Outro subconjunto coerente, o dos operários extremamente identificados com a profissão, estará também a perder representatividade.

Predominam, assim, as posições matizadas. Mas, se a profissão é pouco investida, também não é necessariamente na família que os homens tendem a empenhar-se mais. Os espaços próprios de lazer e o convívio com os amigos podem assumir algum peso. Já com as mulheres, em contrapartida,

os investimentos na família são sempre fortes, e os profissionais podem ser, por razões diretas e indiretas, igualmente importantes.

Para responder a mais uma das interrogações iniciais da pesquisa, no plano identitário, tanto a família como o trabalho são susceptíveis de representar apostas fundamentais para as mulheres: com uma, obtém-se reconhecimento como mulher; ou com o modelo “adequado” de mulher; com o outro, afirma-se mais a individualidade, a pessoa e os seus direitos.

Para os homens, a aposta identitária no trabalho continua a ser decisiva e significa, em alguns casos, a demonstração fundamental da capacidade de sustentar a família. Em outros, representa uma aposta em que se joga mais a realização pessoal, a individualidade e as qualidades intrínsecas da profissão. A família traduz-se também em ganho, quer no plano da identidade pessoal, quer social. Para uns, porque representa, para o exterior, sinal de competência, de capacidade de assumir responsabilidades, da masculinidade “adequada”. Para outros, significa mais os bastidores instrumentais e afetivos que, simultaneamente, dão sentido e asseguram a projeção exterior das competências individuais.

Nos homens mais jovens, finalmente, verificam-se sinais de mudança. Nas diferentes formas de conjugalidade identificadas, eles estão mais disponíveis para a partilha dos cuidados com os filhos e para o empenho direto, isto é, não mediado pelas mulheres, na relação parental. Testemunha-se, assim, uma aposta masculina na paternidade de tipo diferente, aproximando-se mais da aposta identitária feminina na maternidade. Tendências do mesmo tipo são também visíveis nos movimentos de homens divorciados, que querem assumir direta e responsabilmente o papel de pais.

Outro sinal de mudança é a maior proximidade e sentido de ajuda mútua entre homens e mulheres, quando ambos desempenham atividade profissional, o que é o caso da esmagadora maioria. Proximidade que se faz sentir, em alguns casos, no sentido do respeito pelas mulheres e da compreensão da necessidade da partilha das res-

ponsabilidades familiares e, noutros casos, se traduz em culpabilização pela menor participação nas tarefas domésticas. Maior sensibilidade, portanto, para diminuir a distância entre os territórios familiares e os profissionais, para reduzir a compartimentação e a diferenciação dos lugares. Mas esses sentidos subjetivos, no masculino, também podem ser, por vezes, travados pelos constrangimentos exteriores a que se fez referência.

Duas notas finais. Concluiu-se que a vida conjugal não pode ser analisada sem entender as interações que aí ocorrem, mas também que ela não pode ser tomada como unidade imune às interferências externas. A própria organização da vida conjugal está condicionada pela divisão social e sexual do trabalho no plano da sociedade. A conjugalidade gera, contudo, lógicas próprias, onde, sem obviamente desaparecerem os constrangimentos, os atores sociais exercitam modos de contornar ou de, pelo menos, explorar as margens de manobra de que dispõem.

Do mesmo modo, se se reencontraram os obstáculos poderosos responsáveis pela manutenção das desigualdades sociais e de gênero, também se notou claramente a força das idéias que, conjugadas com os interesses, nesse caso os da emancipação feminina, não deixam de exercer efeitos de mudança de hábitos, de desejos, de expectativas e de práticas. Pela análise da vida conjugal, das formas de conjugalidade, das trajetórias e das dinâmicas conjugais, viajamos também pelas mudanças sociais dos últimos 40 anos em Portugal, mostrando, ainda mais uma vez, como, nas histórias em primeira pessoa, estão inscritas as estruturas, as conjunturas e as lógicas mais globais que as envolvem.

* Este texto, originalmente escrito em português de Portugal, foi adaptado para o português do Brasil por Ana Maria de Carvalho Luz.

(Recebido para publicação em dezembro de 2004)
(Aceito em dezembro de 2004)

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Nunes. *A fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 1993.
- ALMEIDA, J. Ferreira de et al. *Introdução à sociologia*. Lisboa, Universidade Aberta, 1995.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século Edições, 1995.
- BARRÈRE-MAURISSON, Marie Agnès. Le cycle de vie familiale. Méthodologie et champ d'utilisation. In: AAVV. *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1984. p. 29-43.
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, E. *The normal chaos of love*. Cambridge: Polity Press, 1995, 1990.
- BERGER, P.; KELLNER, H. Marriage and the construction of reality. In: ANDERSON, M. (Ed.). *Sociology of the family - selected readings*. Harmondsworth: Penguin Education, 1975, 1964. p. 302-323. Texto original publicado em *Diogenes*, 1964. p. 1-23.
- BOURDIEU, Pierre. Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction. *Annales*, E.S.C., n. 24, p. 4-5, 1972a.
- BOZON, Michel. Mariage et mobilité sociale en France. *European Journal of Population*, [S.l.], n. 7, p. 171-190, 1991.
- _____. Sociologie du rituel du mariage, *Population*, [S.l.], n. 2, p. 409-434, 1992.
- BURGESS, Ernest; LOCKE, M. J.; THOMAS, M. *The family from institution to companionship*. Nova York: American Book, 1960.
- CHAUDRON, Martine. Sur les trajectoires sociales des femmes et des hommes. Stratégies familiales de reproduction et trajectoires individuelles. In: AAVV. *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1984. p. 17-26.
- DELPHY, Christine. Travail ménager ou travail domestique? In: MICHEL, Andrée (Dir.). *Les femmes dans la société marchand*. Paris: PUF, 1978. p. 39-54.
- _____. A theory of marriage. In: MCDOWELL, L.; PRINGLE, R. (Ed.). *Defining women. Social Institutions and Gender Divisions*. Londres: Polity Press/ The Open University, 1992. p. 138-139.
- GIDDENS, Anthony. *Modernity and Self-Identity. Self and society in the late modern age*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- _____. *The transformation of intimacy. Sexuality, love & eroticism in modern societies*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- KAUFMANN, Jean Claude. *La trame conjugale. Analyse du couple par son linge*. Paris: Nathan, 1992.
- _____. *Sociologie du couple*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- KELLERHALS, Jean et al. *Mariages au quotidien - inégalités sociales, tensions culturels et organisation familiale*. Lausanne: Ed. Pierre Marcel Favre, 1982.
- KERGOAT, D. Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation. In: A.A.VV. *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1984. p. 207-220.
- LUHMANN, Niklas. *Love as passion, the codification of intimacy*. Cambridge: Polity Press, 1986.
- MERTON, Robert. *Social theory and social structure*. New York: The Free Press, 1968.
- OSMOND, Marie Withers. Radical-critical theories. In: SUSSMAN, Marvin B.; STEINMETZ, Suzanne K. (Orgs.). *Handbook of marriage and the family*. Nova York: Plenum Press, 1987. p. 103-124.
- PARSONS, Talcott; BALES, Robert. *Family, socialization and interaction process*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1956, 1968.
- SCHWARTZ, Olivier. *Le monde privé des ouvriers. Hommes et femmes du Nord*. Paris: PUF, 1990.
- SINGLY, François de. *Fortune et infortune de la femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- _____. Théorie critique de l'homogamie. *L'Année Sociologique*, [S.l.], n. 37, p. 181-205, 1987a.
- _____. *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Nathan, 1993.
- TORRES, Anália Cardoso; SILVA, F. Vieira da. Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres. *Sociologia, Problemas e Práticas*, [S.l.], n. 28, p. 9-65, 1998.
- TORRES, Anália Cardoso. *Trajectórias, dinâmicas e formas de conjugalidade, assimetrias sociais e de gênero no casamento*. 2000. Tese (Doutoramento em Sociologia) – ISCTE, Lisboa.
- _____. *Sociologia do casamento. A família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editora, 2001.
- _____. *Casamento em Portugal. Uma análise sociológica*. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- _____. Amor e ciências sociais. *Revista Travessias*, [S.l.], Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.
- TORRES, Anália Cardoso et al. *Homens e mulheres: entre família e trabalho*. Lisboa: CITE, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2004.
- TORRES, Anália Cardoso. *Vida conjugal e trabalho. Uma perspectiva sociológica*. Oeiras: Celta Editora, 2004.